



LEI Nº 1.031 DE 13 DE MAIO DE 1998.

"PROÍBE A VENDA DE ARMAS DE BRINQUEDO, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA."

GILBERTO MACEDO GIL ARANTES, Prefeito do Município de Barueri, usando das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica vedada, no Município de Barueri, a comercialização de armas de brinquedo semelhantes às verdadeiras no comércio e feiras livres.

Artigo 2º. Não será fornecida licença de funcionamento aos estabelecimentos que não cumpram rigorosamente o estabelecido no artigo anterior.

Artigo 3º. Aos infratores aplicar-se-ão as seguintes sanções, em sequência:

- a) advertência;
- b) multa de valor equivalente a 100 UFIR's;
- c) suspensão das atividades por 30(trinta) dias;
- d) cancelamento da licença e encerramento das atividades do estabelecimento.

Artigo 4º. O Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60(sessenta) dias.

Artigo 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barueri, 13 de maio de 1998.

CERTIFICO QUE O PRESENTE ATO FOI
PUBLICADO NA EDIÇÃO DO DIA

15/5/98

GILBERTO MACEDO GIL ARANTES
Prefeito Municipal



DECRETO Nº 4.303, DE 13 DE MAIO DE 1998

**"REGULAMENTA A LEI Nº 1.031,
DE 31 DE MAIO DE 1998."**

GILBERTO MACEDO GIL ARANTES, Prefeito do Município de Barueri, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Artigo 1º. A proibição de comercializar armas de brinquedo que não possuam cores e formatos distintos das armas verdadeiras, instituída pela Lei nº 1.031, de 13 de maio de 1998, fica regulamentada nos termos deste decreto.

Artigo 2º. A infração à proibição de que trata o artigo 1º deste decreto será caracterizada pela comercialização de armas de brinquedo, com formatos semelhantes às armas verdadeiras, em cores niqueladas ou acetinadas.

Artigo 3º. Para as finalidades deste decreto, entendem-se como armas verdadeiras todos os instrumentos, produzidos por empresas especializadas, que tenham acoplado projétil impulsionado por explosão de pólvora, tais como revólveres, carabinas, metralhadoras, granadas e outros.

Artigo 4º. Aos infratores das disposições deste decreto serão aplicadas as seguintes penalidades:

- I** - primeira infração: advertência;
- II** - segunda infração: multa de valor correspondente a 100 UFIR's;
- III** - terceira infração: suspensão das atividades pelo período de 30(trinta) dias;
- IV** - quarta infração: cancelamento da licença de funcionamento e fechamento administrativo, na hipótese de estabelecimento comercial.

Artigo 5º. A advertência de que trata o inciso I deste artigo será dirigida por escrito ao responsável pelo estabelecimento ou pela comercialização do produto.

Artigo 6º. O auto de multa deverá conter:

- I** - a qualificação do infrator;
- II** - o local, a data e a hora da lavratura;



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Fis. N.º 251/98
Proc. N.º 251/98

0163

- III - a descrição da infração;
- IV - a disposição legal infringida;
- V - a penalidade aplicável e seu fundamento legal;
- VI - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 15 dias.

Artigo 7º. Das penalidades aplicáveis caberá defesa, sem efeito suspensivo, à Assessoria de Finanças, no prazo de 15 dias, contados da notificação.

Artigo 8º. Da decisão de primeira instância caberá recurso ao Prefeito, no prazo de 15 dias.

Artigo 9º. A fiscalização do atendimento às disposições deste decreto caberá à Assessoria de Finanças, com apoio técnico da Guarda Civil Municipal, visando possibilitar a identificação das armas de brinquedo semelhantes às verdadeiras.

Artigo 10. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barueri, 13 de maio de 1998.


GILBERTO MACEDO GIL ARANTES
Prefeito Municipal

DETERMINADO QUE O PRESENTE ATO FOI
PUBLICADO NA FOLHA DO DIA.

15/5/98

